

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete da Presidência

EDT-GP - 712023

Código de validação: E45F19FAE5

EDITAL DA 2ª CONVOCAÇÃO

*Dispõe sobre a convocação de candidatos e candidatas, aprovados e classificados, no Concurso Público para o provimento de vagas no cargo de Juiz Substituto e Juíza Substituta para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão (relativo ao EDT-GP-112022), e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o que estabelece o disposto nos arts. 93, inciso I, e 96, inciso I, alínea “c”, ambos da Constituição da República; no artigo 72, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão; no artigo 39 da Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), e suas alterações; nas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 75, de 12 de maio de 2009, nº 203, de 23 de junho de 2015, e nº 423, de 5 de outubro de 2021 e nº 439, de 7 de janeiro de 2022; na Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 7, de 25 de junho de 2021;

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 17 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário brasileiro;

CONSIDERANDO o resultado final do concurso público homologado pela Resolução nº 62/2023, publicada no Diário da Justiça no dia 18/08/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a 2ª convocação de candidatos e candidatas, aprovados e classificados, no concurso público para o cargo de Juiz Substituto e Juíza Substituta do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, constante na relação do ANEXO ÚNICO deste Edital

Art. 2º Os candidatos e as candidatas deverão enviar para o *e-mail* [divprotocolo@tjma.jus.br](mailto:divprotocolo@tjma.jus.br) **os documentos** (em formato PDF) exigidos como condição para a **posse**, até o dia 19 de janeiro de 2024.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete da Presidência

§ 1º Os documentos exigidos para a posse serão estes:

- a. Ficha cadastral;
- b. Declaração de bens ou declaração de imposto de renda Exercício 2023/ano-base 2022;
- c. Declaração de parentesco;
- d. Declaração de não acumulação de cargos, emprego ou função públicos;
- e. Certidão negativa de Crimes Eleitorais – [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br);
- f. Certidão negativa de Quitação Eleitoral – [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br);
- g. Certidão negativa Criminal da Justiça Estadual de 1º Grau – [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br);
- h. Certidão negativa Cível da Justiça Estadual de 1º Grau – Secretaria de Distribuição do Fórum da comarca onde reside;
- i. Certidão negativa da Justiça Militar para ambos os sexos - [www.stm.jus.br](http://www.stm.jus.br);
- j. Certidão negativa do Tribunal de Contas da União – [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br) (Contas Julgadas Irregulares ou Inabilitados);
- k. Certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado - [www.tce.ma.gov.br](http://www.tce.ma.gov.br);
- l. Certidão ou declaração negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça - [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br);
- m. Certidão ou declaração negativa dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais, em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido, a qualquer título, não teve cassada aposentadoria ou disponibilidade e não foi destituído de cargo em comissão;
- n. Declaração de que residirá na comarca onde exercerá suas funções (na própria ficha cadastral);
- o. Declaração de opção pela Assistência Saúde (na própria ficha cadastral);
- p. PIS/PASEP (ou declaração de que não possui); e
- q. Foto 3x4.

§ 2º Os candidatos e as candidatas nomeados que, por qualquer motivo, não apresentarem algum dos documentos exigidos ou não tomarem posse dentro do prazo legal terão o **ato de nomeação tornado sem efeito**, conforme prevê o § 6º do art. 17 da Lei 6.107/1994, sendo automaticamente eliminados ou eliminadas do concurso.

**Art. 3º** A convocação para **Audiência Pública**, a fim de proceder à escolha da comarca de lotação ao cargo de **Juiz Substituto e Juíza Substituta**, será realizada por meio de edital próprio, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Parágrafo único. Os candidatos e as candidatas que não comparecerem à Audiência



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete da Presidência

Pública perderão o direito de escolher a comarca de lotação.

**Art. 4º** A posse será realizada, em sessão solene, no dia 24 de janeiro de 2024, às 09 horas, na sala das Sessões Plenárias do TJMA, na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão.

**Art. 5º** No período compreendido de 25 de janeiro a 09 de maio de 2024, os candidatos e as candidatas convocados participarão do **Curso de Formação Inicial para Juiz Substituto do Poder Judiciário do Estado do Maranhão**, com carga horária total de 480 h/a, sob a organização da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), na forma da Resolução ENFAM n.º 2, de 8 de junho de 2016.

§ 1º O Programa de Formação Inicial para Juiz Substituto do Poder Judiciário do Estado do Maranhão será realizado na modalidade presencial, exigindo-se a frequência integral como um dos requisitos para a aprovação, ressalvados os casos de ausência justificada.

§ 2º O Aproveitamento de estudos relativo ao Módulo Nacional dependerá de análise e decisão pela ENFAM.

**Art. 6º** Os candidatos e as candidatas convocados poderão requerer à Presidência deste Tribunal de Justiça, no prazo de 48h após a nomeação, a desistência da assunção ao cargo de Juiz de Direito Substituto e Juíza de Direito Substituta ou formalizar o interesse de figurar no final da lista de classificados e classificadas no concurso, por meio de protocolo do Tribunal ou por meio eletrônico, [divprotocolo@tjma.jus.br](mailto:divprotocolo@tjma.jus.br).

**Art. 7º** Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 04 de dezembro de 2023.



## ANEXO ÚNICO

### RELAÇÃO DE CANDIDATOS E CANDIDATAS CONVOCADOS

Cargo: **Juiz Substituto e Juíza Substituta**

Comarca de Lotação: **a ser escolhida em Audiência Pública**

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO OU CANDIDATA	Inscrição
16	Camila Beatriz Simm	10004800
17	Leandro Francisco Ambrósio	10003194
18	Vinicius Sousa Abreu	10002152
19	Amanda Costa Thome Travincas	10001330
20**	Vaga reservada à candidata sub judice	
21*	Vaga reservada à candidata sub judice	
22	Thiago Ferrare Pinto	10002148
23	Marilia Nobre Miranda	10004121
24	Julyanne Maria Ribeiro Bernardo	10001356
25**	Lorena Santos Costa Placido	10006015
26	Daniel Luz e Silva Almeida	10004072
27	Marco Antonio Abritta Junior	10001523

\* Vaga reservada aos candidatos com deficiência.

\*\* Vaga destinada a negros

Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA  
Presidente do Tribunal de Justiça  
Matrícula 126599





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete da Presidência**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 04/12/2023 16:42 (PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA)



EDT-GP - 712023 / Código: E45F19FAE5  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

**Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.**  
**#ConsumoConsciente**